

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE**

HELL HANS COELHO

**A QUALIDADE DE DISCLOSURE NAS DEMONSTRAÇÕES DOS
CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL**

**VITÓRIA
2018**

HELL HANS COELHO

**A QUALIDADE DE DISCLOSURE NAS DEMONSTRAÇÕES DOS
CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Dr. Aridelmo J. C. Teixeira

**VITÓRIA
2018**

HELL HANS COELHO

**A QUALIDADE DE DISCLOSURE NAS DEMONSTRAÇÕES DOS
CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 23 de março de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Profº Dr.: Aridelmo José Campanharo Teixeira
(FUCAPE)**

**Profº Dr.: Poliano Bastos da Cruz
(FUCAPE)**

**Profº Dr.: Rogério Dias Correia
(FUCAPE)**

AGRADECIMENTOS

Quando se conclui uma etapa de formação de nossas vidas, sempre nos recordamos de vários momentos que, em nossa memória, encaixam-se como se fossem um quebra-cabeça. Percebemos que sozinhos não conquistamos, vencemos ou aprendemos. E a cada instante, fica evidente a nossa impotência, pois precisamos de pessoas para nos ensinar, orientar, discutir, conversar e amar.

Agradeço à minha família por exercer o papel de colaboradora na construção do meu caráter, pois cada um de seus membros me proporciona experiências singulares.

Ao meu marido por ter sido companheiro capaz de me acolher nos momentos difíceis e de compartilhar alegrias que a produção desta dissertação tem provocado.

Aos elementos conhecidos como “amigos”, por me trazerem alegria e força nos momentos em que eu conseguia achar a mim mesma e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento desta etapa da minha vida.

Aos Professores Dr. Felipe Ramos Ferreira e Aridelmo J. C. Teixeira pela compreensão e paciência ao me orientar, sempre de forma segura.

Contudo, listar as pessoas que auxiliaram na conclusão deste mestrado seria praticamente outra dissertação. Ficam aqui meus agradecimentos a todos que fazem parte do rol da minha vida.

RESUMO

Este estudo examina a qualidade de *disclosure* nas Demonstrações dos Conselhos de Fiscalização Profissional no período de 2009 a 2016. A Pesquisa foi conduzida pelo método misto. Para medir a qualidade de *disclosure*, foi construído um índice adaptado de Coy, Tower, Dixon (1994) e Ryan, Stanley, Nelson (2002). Os resultados obtidos indicam que os conselhos de contabilidade possuem qualidade de *disclosure* melhor que os demais conselhos e que a obrigatoriedade de prestar informações ao TCU (pós- 2013), por si só, não afetou a qualidade de *disclosure*. Tais resultados contribuem para uma melhora na atuação do administrador público, tendo por base o conjunto de atributos considerados importantes pelo cidadão e pelo TCU, partido de estudos anteriores e adaptando as variáveis de *disclosure* à realidade dos conselhos de fiscalização.

Palavras Chave: qualidade de *disclosure*, Conselhos de Fiscalização Profissional, demonstrações contábeis.

ABSTRACT

This study examines the disclosure quality in the Statements of Professional Supervisory Boards from 2009 to 2016. The research was conducted by the mixed method. To measure the disclosure quality an index adapted from Coy, Tower, Dixon (1994) and Ryan, Stanley, Nelson (2002) was constructed. The results indicate that the boards of directors have a better disclosure quality than the other boards and that the obligation to provide information to the TCU (post-2013) by itself did not affect the quality of disclosure. These results contribute to an improvement in the performance of the public administrator, based on the set of attributes considered important by the citizen and the TCU, party of previous studies and adapting the disclosure variables to the reality of the supervisory boards.

Keywords: Disclosure quality, Professional Supervisory Boards, accounting statements.

SUMÁRIO

Capítulo 1	7
1 INTRODUÇÃO	7
Capítulo 2	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 DISCLOSURE	11
2.2 RELATÓRIOS ANUAIS DO SETOR PÚBLICO	13
2.2.1 Estudos anteriores	15
Capítulo 3	20
3 METODOLOGIA	20
Capítulo 4	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
Capítulo 5	34
5 CONCLUSÃO	34

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O *disclosure* possui papel eficaz na redução da assimetria informacional e também é umas das principais formas de comunicação entre a entidade e os usuários interessados em medir o desempenho da administração (LIM, 1993). Neste tocante, Schedler (1999) destaca que, mesmo havendo a transparência, bem como a obrigação de prestar informações, a responsabilidade do gestor implica se não existir sanção contra o mau comportamento e recompensas para o bom.

A informação é um fator crucial na divulgação da prestação de contas (GREILING, SPRAUL, 2010). Dessa forma, caso haja apenas exposição e prestação de informações, mas não houver consequência para as informações expostas e para as contas prestadas, muito da intenção da *accountability* se perde e, conseqüentemente, acaba interferindo na qualidade de *disclosure* (SCHEDLER, 1999).

Visando preservar a qualidade das informações disponibilizadas pelos conselhos, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem definido as informações que devem ser exibidas nas demonstrações contábil, patrimonial, orçamentária, financeira e operacional para prover as necessidades dos usuários (BRASIL, 2012). Essa ênfase no desempenho na gestão levou a uma maior conscientização do papel dos relatórios anuais no cumprimento das obrigações de prestação de contas (RYAN, STANLEY, NELSON, 2002).

Enquanto a maior parte da literatura sobre *disclosure* nas demonstrações contábeis tem-se concentrado nas empresas privadas e órgãos públicos na esfera

da administração direta (União, Estados e Municípios), os CFP, que são autarquias da administração indireta, são um cenário interessante para essa pesquisa pois eles arrecadam compulsoriamente mais de R\$ 3 bilhões ao ano em recursos públicos (TCU, 2016), assim pode-se proporcionar aos gestores uma melhora na atuação e às instituições do Estado e aos milhões de profissionais meios de medir se há qualidade da divulgação das demonstrações.

Em observação ao disposto no Art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) os Conselhos de Fiscalização Profissional (CFP) prestam contas dos recursos que arrecadam e administram, dando transparência aos resultados de sua gestão (BRASIL, 2012). De acordo com Murcia e Santos (2009), o *disclosure* influencia o comportamento dos gestores, auxiliando os usuários externos no monitoramento da gestão e evidenciando as ações dos gestores e melhora na qualidade da informação.

Desse modo, surge a questão da pesquisa: Qual o nível de qualidade do *Disclosure* nas demonstrações dos CFP? Para obter os resultados, foi construído um índice para medir a qualidade do *Disclosure* das demonstrações contábeis dos CFP, a partir dos modelos de Coy, Tower, Dixon (1994) e Ryan, Stanley, Nelson (2002).

O presente estudo tem como objetivo averiguar a qualidade de *disclosure* nas Demonstrações dos CFP, no período de 2009 a 2016, sobretudo, se houve uma melhora após a obrigatoriedade de prestação de contas ao TCU a partir do ano de 2013. Sendo que estas informações foram recolhidas em sítio eletrônico dos CFP e no sítio do TCU.

Na literatura nacional, existem pesquisas sobre a qualidade de *disclosure* centradas na esfera da administração direta (FRANÇA, 2016; BAIRRAL, SILVA E

ALVES, 2015; AVELINO ,2013; MARTINS et al., 2016)

O tema *disclosure*, na área pública, tem sido objeto de várias pesquisas, na esfera estadual, França (2016) avaliou qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes e Bairral, Silva e Alves (2015) analisaram a relação dos incentivos (políticos, governamentais, sociais, financeiros e institucionais) e o nível de transparência pública federal nos relatórios de gestão anuais que poderiam afetar ou não sua divulgação. No âmbito municipal, Avelino (2013) pesquisou quais as características do *disclosure* voluntário e Martins *et al.* (2016) construíram e mensuraram o índice de *disclosure* voluntário, adotando o proposto por Coy e Dixon (2004).

Na literatura internacional, temos vários estudos sobre *disclosure* na área pública, como podemos destacar os estudos de Perez, Bolivar e Hernandez (2008), os quais avaliaram a qualidade das informações financeiras disponibilizada pela administração pública municipal; Alvarez, Dominguez e Sanchez (2011) estudaram quais fatores influenciam o nível de qualidade do índice do *disclosure* de 192 países, com base em um relatório das Nações Unidas de 2008; Laswad, Fisher, Oyelere (2005) examinaram as características determinantes do *disclosure* voluntário nos relatórios financeiros apresentados pelos gestores públicos na Nova Zelândia; Herawaty e Hoque (2007) analisaram os níveis de *disclosure* obrigatório e voluntário dos relatórios anuais de órgãos públicos, cujos resultados revelaram que o nível da qualidade de *disclosure* voluntário é mais elevado do que a divulgação obrigatória; Coy e Dixon (2004) desenvolveram um índice para avaliar a qualidade de *disclosure* nos relatórios anuais das universidades da Nova Zelândia; Cheng (1992) construiu um índice baseado no modelo de Ingram para analisar os fatores que influenciam a divulgação contábil no âmbito estadual.

Deste modo, os resultados deste estudo podem colaborar para uma melhora na atuação do administrador público, tendo por base o conjunto de atributos considerados importantes pelo cidadão e pelo TCU, partido de estudos anteriores e adaptando as variáveis de *disclosure* a realidade dos conselhos de fiscalização.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DISCLOSURE

O *disclosure*, ou evidenciação, corresponde à divulgação da qualidade das informações de caráter financeiro e econômico. Verrecchia (2001), após destacar a falta de uma teoria unificada de *disclosure*, categorizou o assunto em três áreas principais: A primeira categoria de "divulgação baseada em associação", que estuda o efeito da divulgação exógena sobre a mudança cumulativa ou interrupção nas ações individuais dos investidores, principalmente pelo comportamento dos preços de equilíbrio dos ativos e do volume de negociação, ou seja, se a divulgação é economicamente eficiente em geral.

A segunda categoria de "divulgação discricionária" examina como os gerentes e/ou empresas exercem discricção em relação à divulgação de informações sobre as quais eles podem ter conhecimento, portanto estuda o efeito da divulgação sobre o comportamento agregado dos agentes econômicos (VERRECCHIA, 2001).

A terceira categoria, "divulgação baseada na eficiência", que discute quais arranjos de divulgação são preferidos na ausência de conhecimento prévio da informação, isto é, preferencial e incondicionalmente, ou seja, quais as circunstâncias que cercam a decisão de tornar pública a informação privada (VERRECCHIA, 2001).

Nesse sentido, de acordo Lima (2007), o disclosure pode ser obrigatório, em razão de normas reguladoras, ou de forma voluntária, quando informações são divulgadas sem obrigação. As empresas divulgam suas informações através de

relatórios financeiros legais, incluindo discussão e análise da administração, demonstrações contábeis, notas explicativas e outros sistemas legais de relatórios, ou seja, as informações obrigatórias. Além disso, algumas empresas divulgam informações voluntárias, como previsões de gerenciamento e informações adicionais divulgadas na imprensa (SHIRI SALEHI; RADBON, 2016).

Healy e Palepu (2001) retratam que os problemas de informação e de incentivos atrapalham a eficiência e a eficácia de alocação de recursos, sendo que o *Disclosure* e divulgação de informações financeiras são meios potencialmente importantes para que a administração comunique o desempenho e a governança das empresas a investidores externos.

De acordo com Cheng (1992), Giroux (1989), Lim e Mckinnon (1993), a escolha da divulgação contábil do ente público é dependente de fatores no ambiente político e nas forças institucionais. Dye (1990) diz que a divergência entre divulgações voluntárias e obrigatórias ótimas depende da forma de externalidades que as divulgações de uma empresa geraram.

Uma hipótese de correlação positiva é encontrada entre a visibilidade política dessas autoridades e sua divulgação voluntária de informações financeiras e não financeiras de natureza não sensível. Contudo, tal como previsto, não se verifica uma correlação positiva entre a visibilidade política das autoridades e a sua divulgação de informações financeiras e não financeiras de natureza sensível (LIM; MCKINNON, 1993).

As políticas de *disclosure* obrigatório e voluntário aperfeiçoadas solucionam diferentes problemas de maximização (DYE, 1990). Portanto, quando o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo um órgão normatizador de normas de contabilidade, ao escolher entre políticas de divulgação obrigatórias, contabiliza a

influência que uma política de divulgação de um empreendedor/gestor tem sobre outros empreendedores/gestores e todos os investidores/cidadãos (DYE, 1990). O autor complementa que os proponentes de divulgações adicionais obrigatórias argumentam que a informação sobre as condições financeiras das empresas constitui um bem público.

Como exemplo, podemos citar as determinações da Lei nº 4.320 de 17 de março 1964, que determinou o estabelecimento das normas gerais do direito financeiro, para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal que, mesmo sendo deliberado por lei, o que é estabelecido na norma são apenas modelos mínimos de evidenciação (BRASIL, 1964) .

Balsam, Gordon e Li (2016) concluem que o aumento da divulgação reduz a incerteza sobre o ambiente de informação de uma empresa e permite que os acionistas observem melhor o verdadeiro esforço ou habilidade dos gerentes.

2.2 RELATÓRIOS ANUAIS DO SETOR PÚBLICO

O relatório anual é considerado o principal mecanismo usado para transmitir informações sobre órgãos e, portanto, cumprir suas obrigações de responsabilidade pública (RYAN; STANLEY; NELSON, 2002). No caso dos CFP, a elaboração e divulgação do relatório anual das demonstrações estão baseadas na Lei n.º 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Acesso a Informação, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e na Instrução Normativa do TCU nº 63/2010.

Com o objetivo de fornecer um vasto leque de informações resumidas e relevantes num único documento, que permitem a todas as partes interessadas

obter uma compreensão abrangente dos objetivos e do desempenho (de uma entidade) em termos financeiros (COY *et al.*, 2001). No trabalho de Cockrell (2012), ele relata que os requisitos de divulgação são influenciados por três construtos: o ambiente socioeconômico, ambiente político e qualidade de auditoria e que ambos têm um efeito direto no cumprimento da qualidade de *disclosure*.

Coy *et al.* (2001) retrataram que é amplamente aceito que tanto as medidas financeiras como as não financeiras são componentes essenciais da avaliação do desempenho e da *accountability*. A *accountability* faz referência a um conjunto de processos, procedimentos e valores atrelados a um ideal de responsabilização e de controle das entidades públicas, que se realiza nas condições de regimes políticos democráticos (FILGUEIRAS, 2011). E Filgueiras (2011, p.71). complementa que este conceito de *accountability* não se “refere apenas ao processo contábil de prestação de contas, mas também a um processo político e democrático de exercício da autoridade por parte dos cidadãos”

No Brasil, o TCU recepciona a documentação contábil e outros elementos relativos à atuação dos entes públicos a sua jurisdição, que são apreciados sob a forma de tomada e prestação de contas. Esses documentos são analisados sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia (art. 70 CF/88) (BRASIL, 1988).

O relatório de contas apresentado ao TCU é composto dos seguintes elementos: rol de responsáveis, relatório anual do administrador, balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, informações sobre convênios e instrumentos similares, pareceres dos órgãos internos da entidade e relatório de auditoria de gestão, certificado e parecer conclusivo do Controle Interno (SANTOS, 1998).

Um instrumento de gestão importante é a utilização de indicadores, uma vez

que permite a transparência na divulgação de resultados, garantindo a disposição dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns e define critérios objetivos adotados pela instituição (TCU, 2016). Breton e Taffler (2001) destacaram que fatores qualitativos não financeiros são os mais significativos, para alcançar a qualidade pretendida com o *disclosure* dos relatórios.

A responsabilidade está ganhando relevância como guardiã do comportamento ético dos servidores públicos e das organizações, em que muitos órgãos públicos estão tentando melhorar seus sistemas de divulgação de informações para fornecer mais e informações interessantes a partes interessadas externas, ou seja, os cidadãos (MONFARDINI, 2010).

2.2.1 Estudos anteriores

Esta seção discorrerá sobre algumas pesquisas no âmbito internacional e nacional a respeito do *disclosure* em relatórios anuais do setor público.

Cheng (1992) desenvolveu um índice político-econômico baseado no modelo de Ingram para analisar os fatores que influenciam a escolha da qualidade na divulgação contábil no âmbito estadual, chegando ao resultado de que esta escolha é dependente de fatores no ambiente político e nas forças institucionais, o período analisado foi o ano de 1986 e uma reanálise do ano de 1978.

Coy, Tower, Dixon (1994) ampliaram o estudo realizado em 1991, abrangendo todas as universidades da Nova Zelândia, desenvolvendo o índice MADindex baseado em um sistema dicotômico para avaliar as demonstrações das universidades, avaliando também a pontualidade e a qualidade do relatório no contexto da responsabilização, nos quais concluíram que os relatórios melhoraram ao longo do período de quatro anos (de 1985 a 1989).

Ryan, Stanley e Nelson (2002) examinaram a qualidade das divulgações nos relatórios anuais e investigaram os fatores que podem contribuir para essa qualidade, no qual desenvolveram um índice para identificar a qualidade dos relatórios dos governos locais em Queensland de 1997 a 1999. Os resultados da pesquisa dos autores mostraram que a qualidade das divulgações de relatórios aumentou ao longo dos anos, enquanto as divulgações financeiras eram mais completas do que as divulgações não financeiras, e que as divulgações relativas a aspectos de governança corporativa, remuneração de pessoal executivo, pessoal, saúde e segurança ocupacional, políticas de igualdade de oportunidades e informações de desempenho são escassas.

Os estudos de Perez, Bolívar e Hernandez (2008) examinaram a extensão da informação financeira disponibilizada pelas administrações públicas regionais na Espanha em seus sites, e utilizaram um índice de divulgação para avaliar sites governamentais, assim a pesquisa empírica revelou que as divulgações financeiras governamentais na Web podem tornar uma ferramenta para o público avaliar responsabilidade financeira e que municípios não utilizavam como ferramenta de nova gestão pública, e também fatores vistos como importantes em relatórios impressos parecem não ter influência na divulgação pública de informações financeiras e que as boas práticas por uma maior transparência financeira pública podem melhorar a imagem dos governos e a confiança dos cidadãos.

Alvarez, Dominguez e Sanchez (2011) estudaram quais fatores influenciam o nível de qualidade do índice do *disclosure* de 192 países, com base em um relatório das Nações Unidas de 2008; sendo que os resultados enfatizam que a eficácia interna do órgão público, bem como um estilo de gestão pública orientado para economia, eficiência e transparência é uma condição básica para melhorar a

capacidade informativa assim contribuindo para uma melhor transparência da gestão pública.

Laswad, Fisher, Oyelere (2005) examinaram seis variáveis associadas à divulgação voluntária (competição política, tamanho, alavancagem, riqueza municipal, visibilidade da imprensa e tipo de autoridade local) nos relatórios financeiros apresentados por 86 gestores públicos na Nova Zelândia, no período de 1997 a 1999, e que os resultados obtidos indicam que os melhores estão associados às práticas de divulgação voluntária de relatórios financeiros na Internet.

Herawaty e Hoque (2007) analisaram os níveis de *disclosure* obrigatório e voluntário dos relatórios anuais de órgãos públicos de 56 departamentos do governo da Austrália no período de 2005 a 2006, quais os resultados revelaram que o nível da qualidade de *disclosure* voluntário é mais elevado do que a divulgação obrigatória e, além disso, verificaram que os relatórios anuais revelaram um baixo nível de divulgações nas áreas de recursos humanos, gestão de ativos, compras e contratação.

Na esfera estadual, França (2016) avaliou qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentados nas demonstrações contábeis dos anos de 2011 a 2014, foi construído um índice de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes e que os resultados apresentaram uma qualidade de *disclosure* baixa, porém assinalaram para a melhoria da qualidade nesse período e também os estados com maior arrecadação de receitas próprias, densidade demográfica e altos níveis de endividamento tendem a divulgar mais informações, enquanto os estados com maiores índices populacionais com acesso à internet têm a tendência de divulgar menos informações.

Martins et al. (2016) construíram e mensuraram uma escala para mensurar o

índice de *Disclosure* Público Municipal (IDP-M), um índice de *disclosure* voluntário adotando as sugestões de Coy e Dixon (2004), composto por 16 construtos que ponderavam indicadores dicotômicos, sendo que os construtos foram avaliados por 113 indicadores, assim permitindo a avaliação do nível de evidenciação e *disclosure* das informações disponibilizados nos *sites* a respeito da gestão pública.

Bairral, Silva e Alves (2015) analisaram a relação dos incentivos (políticos, governamentais, sociais, financeiros e institucionais) e o nível de transparência pública federal nos relatórios de gestão anuais que poderiam afetar ou não sua divulgação, e concluíram que existe uma relação negativa em relação à burocracia pública e positiva entre índice de transparência pública com o tipo de órgão público, acessibilidade e demografia de pessoal, e que o índice de transparência voluntário mostrou-se expressivamente baixo.

Avelino (2013) pesquisou quais as características do *disclosure* voluntário de 130 municípios do estado de Minas Gerais e os resultados encontrados permitiram identificar as características explicativas do nível de *disclosure* voluntário observando que, para os municípios estudados, o tamanho do ente pode esta ser positivamente associada a uma característica explicativa do nível de *disclosure*.

O CFC emite normas, incluindo inúmeros requisitos de divulgação, que se aplicam aos órgãos públicos os quais preparam suas demonstrações de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Com o advento da Lei n^o 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação, estabeleceu-se que as informações de interesse coletivo ou geral deverão ser divulgadas de ofício pelos órgãos públicos (incluindo as autarquias), espontaneamente e independentemente de requerimentos (BRASIL, 2011). Além disso, o art. 8^o da Lei prevê um rol mínimo de informações que os órgãos e entidades públicas devem

obrigatoriamente divulgar na internet (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, a pesquisa buscou detectar o nível de qualidade de *disclosure* nas demonstrações dos CFP, propondo as seguintes hipóteses:

H₁: Os conselhos de contabilidade apresentam melhores níveis de *disclosure* nas demonstrações contábeis que os demais conselhos;

H₂: Após a obrigatoriedade de prestação de contas ao TCU houve melhora nos níveis de *disclosure* dos CFP.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida pelo método misto (quantitativo e qualitativos, ou seja, utilizando formas múltiplas de coleta e análise de dados, assim adotando a estratégia exploratória sequencial sendo elaborada em duas fases: fase inicial de coleta e análise de dados qualitativos e a fase de coleta e análise de dados quantitativos. Sendo priorizado o aspecto qualitativo da pesquisa e que os resultados dessas duas fases são integrados durante a fase de resultados e interpretações (CRESWELL, 2010).

O universo da pesquisa são 27 conselhos federais e os seus regionais totalizando 538 conselhos (federais e regionais), que divulgaram suas demonstrações contábeis entre os anos de 2009 a 2016. Nos quais os dados foram retirados do site do TCU em relação aos anos de 2013 a 2016 devido à obrigatoriedade de apresentação de contas ao Tribunal e dos sites dos CFP referente ao período de 2009 a 2016. No período de junho e julho de 2017 foram acessados os sites.

O universo da pesquisa são 27 conselhos federais e os seus regionais totalizando 538 conselhos (federais e regionais), porém a amostra foi de 486 CFP e 1.311 observações.

Existem duas abordagens principais para medir a qualidade nas divulgações das demonstrações anuais de acordo com Ryan, Stanley e Nelson (2002). Assim, a primeira abordagem é a análise de conteúdo, que é um método de codificação do conteúdo ou, por exemplo, um texto de um relatório oficial em categorias com base em critérios escolhidos (BARDIN, 2011).

A segunda abordagem é a utilização de índices de divulgação que calculam como uma indicação do grau de divulgação de certas informações pré-selecionadas dos itens (MARSTON; SHRIVES, 1991). Esses itens são geralmente selecionados por pesquisa previa e análise empírica (RYAN; STANLEY; NELSON, 2002).

Para medir a variável dependente, ou seja, o nível de qualidade de *disclosure* (QLDisc) teve como base os índices desenvolvidos por Coy, Tower e Dixon (1994), que construíram o índice MADindex e o LGAindex construído por Ryan, Stanley, Nelson (2002) para identificar a qualidade dos relatórios dos governos locais em Queensland (Austrália) de 1997 a 1999.

O índice construído intitulado de Índice de Qualidade de Disclosure dos CFP (Tabela 1). Como o próprio nome sugere, foi adaptado especificamente para os CFP, no qual é composto por 25 itens divididos em 3 (três) grupos: A-Visão Geral, B-Atuação e C-Informações Financeiras. O detalhamento de cada item encontra-se no Apêndice I.

Tabela 1 - Índice de Qualidade de <i>Disclosure</i> dos CFP	
Itens	Pontuação Máxima
A – Visão Geral	
1. Demonstração de Objetivos/Metas	1
2. Relatório de Gestão	1
3. Estrutura Corporativa	1
4. Controle Interno	1
5. Relatório Ambiental	1
6. Pessoal	1
7. Saúde e segurança ocupacional	1
8. Oportunidade iguais de emprego/Concurso	1
B – Atuação	
9. Comparação executado com o dotado	1
10. Diárias e Passagens	1
11. Índices de Desempenho	1
12. Licitações/convênios	1
C – Informações Financeiras	
13. Balanço Orçamentário	1
	13

Itens		Pontuação Máxima
14.	Balanço Patrimonial	1
15.	Balanço Financeiro	1
16.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	1
17.	Demonstração das Variações Patrimoniais	1
18.	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	1
19.	Notas Explicativas	1
20.	Políticas Contábeis	1
21.	Ativo não-Circulante	1
22.	Investimentos	1
23.	Obrigações e contingências	1
24.	Depreciação	1
25.	Remuneração	1

Fonte: Elaborado pela autora Adaptado de Coy, Tower, Dixon (1994) e Ryan, Stanley, Nelson (2002).

O indicador da qualidade de *disclosure* das demonstrações contábeis dos CFP foi estabelecido com a imputação de *scores* para cada item da métrica, sendo: 0 – não evidenciou; 1 – evidenciou. Não serão adotados pesos para os itens para evitar vieses na construção desta métrica. O objetivo desta variável é medir a qualidade de *disclosure* das informações financeiro-contábeis dos CFP, verificar quais são as variáveis independentes que a influenciam.

A seguir, é apresentada a equação (1) que foi utilizada para testar as hipóteses de pesquisa:

$$QDISC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 CRC_{i,t} + \beta_2 TCU_{i,t} + \sum_{k=3}^n \beta_k Controles_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

(1)

Equação 1 – Análise de regressão

Onde as variáveis da pesquisa serão medidas conforme o quadro 1:

Variáveis*	Siglas	Definições
Qualidade do <i>Disclosure</i>	QDISC	Índice adaptado de Coy, Tower, Dixon (1994) e Ryan, Stanley, Nelson (2002): cada dimensão (Visão Geral, Atuação e Informações Financeiras) possui critérios que medem o grau de transparência da informação contábil e financeira. A cada critério atendido, o Conselho de Fiscalização Profissional ganha um ponto. Os critérios somam 25 pontos.

Variáveis*	Siglas	Definições
Auditoria	AUD	Indicador que assume valor 1 se o Conselho de Fiscalização Profissional possui auditoria interna; 0, caso contrário
<i>Dummy</i> de Conselho	CRC	Indicador que assume valor 1 se o Conselho de Fiscalização Profissional é de Contabilidade; 0, caso contrário
<i>Dummy</i> pós-obrigatoriedade do TCU	TCU	Indicador que assume valor 1 quando o ano da série é maior ou igual a 2013, data em que o Tribunal de Contas da União (TCU) passou a julgar as demonstrações apresentadas pelos CFP; 0, caso contrário
Tamanho	TAM	Logaritmo natural dos Ativos Totais do Conselho de Fiscalização Profissional
Orçamento	ORC	Receitas orçamentárias divididas pelos Ativos Totais do Conselho de Fiscalização Profissional
Qualidade de Gestão	SGQ	Indicador que assume valor 1 se o Conselho possui Sistema de Gestão da Qualidade em seu quadro; 0, caso contrário
Investimento	INV	Valor investido sobre Ativos Totais do Conselho de Fiscalização Profissional
Endividamento	DIV	Passivos Totais sobre Ativos Totais do Conselho de Fiscalização Profissional
Balanço Social	BSOC	Indicador que assume valor 1 se o Conselho de Fiscalização Profissional possui Balanço Social; 0, caso contrário
Receita	REC	Receitas próprias divididas pelos Ativos Totais do Conselho de Fiscalização Profissional

Quadro 1 - Definições de variáveis

Fonte: Elaborado pela autora.

Para acolher ao objetivo desta pesquisa e desenvolver o modelo proposto, a base de dados iniciais foi composta por 538 conselhos, em um total de 4303 observações, no período de 2009 a 2016. Para o tratamento dos dados, foram eliminados 37 conselhos que não apresentavam nenhuma informação de qualidade de *disclosure*, e também, houve uma limpeza na base de dados por *missing values* de 2.992 observações, assim tendo como base disponível 1.311 observações.

Capítulo 4

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva referente às variáveis que compõem o Índice de Qualidade de *Disclosure* dos CFP, adaptado de Coy, Tower, Dixon (1994) e Ryan, Stanley, Nelson (2002): cada dimensão (Visão Geral, Atuação e Informações Financeiras) possui critérios que medem o grau de transparência da informação contábil e financeira.

Tabela 2 - Estatística Descritiva do Índice de Qualidade de *Disclosure*

Variável	Média	Desvio-padrão.	Quartis				
			Min	.25	Mediana	.75	Max
QDISC	15.64	3.20	2.00	14.00	16.00	18.00	24.00
Visão	4.45	1.39	0.00	4.00	4.00	5.00	8.00
Atuação	2.57	1.26	0.00	2.00	3.00	4.00	4.00
InfoFinan	8.62	1.78	0.00	7.00	9.00	10.00	13.00

Nota: A cada critério atendido, o CFP ganha um ponto. Os critérios somam 25 pontos.

Número de observações: 1.311.

Fonte: Dados da pesquisa

Dos 486 CFP que apresentaram a Variável QDISC, obtiveram uma média de 15,64 pontos do total de 25 pontos com o desvio-padrão de 3,20 pontos. Sendo que a pontuação máxima obtida foi de 24 pontos e a mínima de 2 pontos. Analisando os quartis, observa-se uma grande centralização entre 14 e 18 pontos, ou seja, 50% (cinquenta por cento) as observações estariam neste intervalo.

No que diz respeito às variáveis Visão e Atuação ambas tiveram uma pontuação mínima de zero, ou seja, 25% da amostra não apresentaram nenhum dos itens destas variáveis, a média foi de 4,45 pontos com o desvio-padrão de 1,39 pontos para Visão e para Atuação a média foi de 2,57 pontos com 1,26 de desvio-padrão.

Para a InfoFinan (Informações Financeiras), obtiveram uma média de 8,62 pontos do total de 13 pontos com desvio-padrão de 1,78 pontos. Sua máxima foi de

13 pontos e a mínima de 0 pontos, sendo que 50% das observações se concentraram entre 7 e 10 pontos.

Na Tabela 3, são apresentados os Conselhos Federais de Fiscalização Profissionais que, no período de 2009 a 2016, apresentaram as maiores médias na qualidade da divulgação. Os Conselhos Federais que não entraram na amostra foram: Conselho Federal de Economistas Domésticos, Conselho Federal de Estatística e Conselho Federal de Museologia.

Tabela 3 - Dez maiores médias de Qualidade de *Disclosure*

	Conselhos Federais	Médias
1º	Conselho Federal de Serviço Social	21,667
2º	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	21,000
3º	Conselho Federal de Contabilidade	20,143
4º	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	19,500
5º	Conselho Federal de Química	19,333
6º	Conselho Federal de Administração	19,000
7º	Conselho Federal de Medicina	19,000
8º	Conselho Federal de Relações Públicas	18,750
9º	Conselho Federal de Nutricionistas	18,667
10º	Conselho Federal de Medicina Veterinária	18,250

Nota: Esta tabela apresenta o ranking das dez melhores médias de Qualidade de *Disclosure* de 25 Conselhos Federais entre os anos de 2009 e 2016.

Fonte: Dados da pesquisa

O histograma de frequência da Qualidade de *Disclosure* demonstrado no Gráfico 01 retrata o *Disclosure* das Demonstrações dos CFP no período de 2009 a 2016 e demonstra sua assimetria à direita. Observa-se que 64,83% da amostra está concentrada na faixa de 14 a 19 pontos. A pontuação máxima (24 pontos) alcançada foi de apenas 0,001% da amostra e a mínima (2 pontos) foi de 0,0007% da amostra. E que 82,99% (1.088 observações) da amostra pontuaram mais que 50% dos pontos do índice de qualidade de *Disclosure*, portanto mostra-se uma boa qualidade de *Disclosure* nas demonstrações dos CFP.

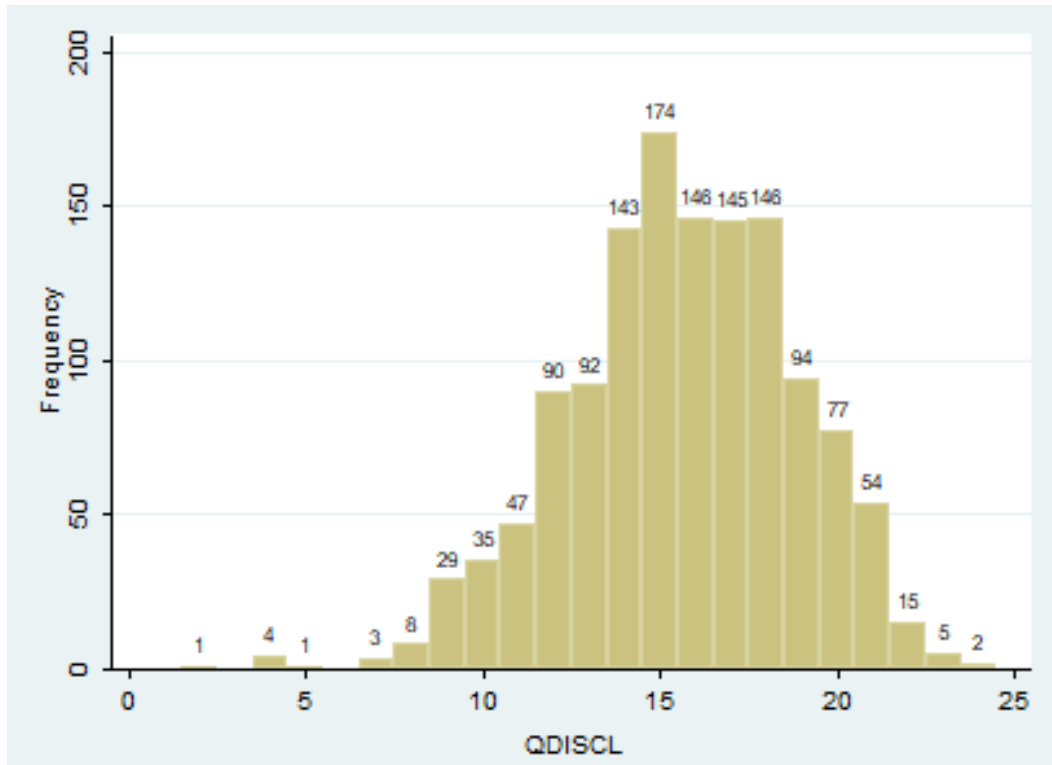


Gráfico 1 - Histograma de Qualidade de *Disclosure* dos CFP

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 4, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis aplicadas no modelo estudado. A análise dos 486 CFP apresenta assimetria à direita com valores das medianas próximas do 1º quartil e desvio-padrão e a média menor entre as variáveis foi a variável INV, sendo que a variável QDISC mostra maior desvio-padrão e média entre as variáveis. Os resultados restringiram à falta de informações de alguns CFP, isso se deve pela ausência de informações nos sites dos CFP, mesmo que as informações sejam obrigatórias.

Tabela 4 - Estatística Descritiva

	Média	Desvio-padrão	Q1	Mediana	Q3
QDISC	15.64	3.20	14.00	16.00	18.00
CRC	0.10	0.30	0.00	0.00	0.00
TCU	0.92	0.27	1.00	1.00	1.00
TAM	15.17	1.69	14.03	15.26	16.32
ORC	1.00	0.92	0.46	0.78	1.23
REC	0.96	0.89	0.45	0.74	1.19
INV	0.02	0.15	0.00	0.00	0.01
DIV	0.12	0.17	0.02	0.06	0.14
SGQ	0.03	0.16	0.00	0.00	0.00
BSOC	0.07	0.25	0.00	0.00	0.00
AUD	0.06	0.23	0.00	0.00	0.00

Nota: As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

Número de observações: 1.311.

Fonte: Dados da pesquisa

A análise de correlação é fornecida na Tabela 5, ou seja, apresenta o Coeficiente de Correlações de Pearson, no qual estima-se o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas (FIGUEIREDO FILHO, SILVA JUNIOR, 2010).

Tabela 5 - Correlações de Pearson

	QDISC	CRC	TCU	TAM	ORC	REC	INV	DIV	SGQ	BSOC	AUD
QDISC	1.000										
CRC	0.2885 ***	1.000									
TCU	-0.0448 ***	-0.3662 ***	1.000								
TAM	0.2842 ***	0.1743 ***	-0.0126	1.000							
ORC	-0.0626 **	-0.1422 ***	-0.0039	-0.4930 ***	1.000						
REC	-0.0479 *	-0.1385 ***	-0.0076	-0.4728 ***	0.9541 ***	1.000					
INV	0.0503 *	0.0279	0.0053	-0.0360	0.1335 ***	0.1214 ***	1.000				
DIV	-0.0267	0.0199	0.0132	-0.2062 ***	0.2993 ***	0.2624 ***	0.0147	1.000			
SGQ	0.1443 ***	0.1546 ***	-0.0074	0.1986 ***	-0.0405	-0.0378	-0.0101	-0.0366	1.000		
BSOC	0.2861 ***	0.7627 ***	-0.3565 ***	0.2087 ***	-0.1207 ***	-0.1192 ***	0.0244	0.0215	0.2040 ***	1.000	
AUD	0.1625 ***	0.0487 *	-0.0148	0.2955 ***	-0.0145	0.0152	0.0878 ***	-0.0367	0.3703 ***	0.0888 ***	1.000

Nota: *, ** e *** denotam significância estatística ao nível de 10%; 5% e 1%, respectivamente. As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

Número de observações: 1.311.

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a correlação entre as variáveis, constata-se que a variável CRC

possui, conforme esperado, correlação positiva com a qualidade de *Disclosure*, tamanho, investimento, gestão de qualidade, balanço social. A correlação com a dívida e auditoria, apesar de ser positiva é não significativa.

Em relação à obrigatoriedade de apresentação das demonstrações ao TCU, medida pela qualidade de *disclosure* e CRC, apesar de negativamente correlacionado, é significativa ao nível de 1%. E, em relação ao tamanho, orçamento, receita, sistema de gestão e auditoria, a correlação é negativa e não significativa.

A qualidade de *disclosure* está positivamente correlacionada com o CRC, tamanho do CFP, qualidade de gestão, balanço social e auditoria, correspondendo ao esperado conforme a teoria, e o TCU que, apesar de significativa, correlacionou-se negativamente, assim não correspondendo à expectativa de que após a obrigatoriedade da apresentação ao TCU não melhorou significativamente a qualidade de *disclosure*.

A Tabela 6 relata dois resultados da amostra de testes de médias, ou seja, considera dois diferentes pares: CFP de Contabilidade com 130 observações *versus* outros CFP com 1.181 observações; CFP antes da exigência de divulgação ao TCU com 100 observações *versus* CFP depois da exigência de divulgação ao TCU com 1.211 observações.

No Painel A, os conselhos de contabilidade de qualidade têm maior qualidade de *disclosure* do que os outros conselhos, significante no nível de 1%. Para as variáveis TCU, tamanho, orçamento, SGQ, BSOC e receita corrente o teste de diferença das médias apresentou coeficiente significativo a um nível de 99% de confiança, o que indica a existência de diferenças estatisticamente significativas para estes indicadores entre os conselhos de contabilidade e os outros conselhos.

Tabela 6 - Teste de médias

Painel A: Comparação entre Conselhos Contábeis versus Não-contábeis			
	Média CRC	Média CFP	P-valor
QDISC	18.423	15.335	0.000***
TCU	0.630	0.956	0.000***
TAM	16.061	15.077	0.000***
ORC	0.611	1.048	0.000***
REC	0.590	1.001	0.000***
INV	0.032	0.017	0.313
DIV	0.128	0.117	0.471
SGQ	0.100	0.018	0.000***
BSOC	0.646	0.005	0.000***
AUD	0.092	0.054	0.077*

Painel B: Comparação entre Conselhos antes e depois da obrigatoriedade do TCU			
	Antes TCU	Após TCU	P-valor
QDISC	16.140	15.600	0.105
CRC	0.105	0.067	0.000***
TAM	15.249	15.169	0.648
ORC	15.168	1.003	0.888
REC	0.984	0.958	0.782
INV	0.017	0.020	0.849
DIV	0.110	0.118	0.632
SGQ	0.030	0.025	0.790
BSOC	0.380	0.042	0.000***
AUD	0.070	0.057	0.592

Nota: Esta tabela apresenta os testes de médias considerando-se dois diferentes pares: CFP de Contabilidade (130 observações) *versus* outros CFP (1.181 observações); CFP antes da exigência de divulgação ao TCU (100 observações) *versus* CFP depois da exigência de divulgação ao TCU (1.211 observações).

As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

Fonte: Dados da pesquisa

Para as variáveis investimento e dívida, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre a comparação entre CRC *versus* não-contábeis e também no painel dos CFP antes e depois da obrigatoriedade do TCU. No painel B, as variáveis CRC e BSOC apresentaram coeficiente significativo a um nível de 99% de confiança. As demais variáveis não apresentaram resultados estatisticamente significativos na comparação entre Conselhos antes e depois da obrigatoriedade do TCU.

A partir do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) geraram quatro regressões a partir da variável dependente Qualidade de *Disclosure* vem a seguir, na

Tabela 7, com o objetivo de desconsiderar os efeitos de tempo e realizar os ajustes necessários nas observações.

Tabela 7 - Regressão em Mínimos Quadrados Ordinários: Efeito do tipo de Conselho e do monitoramento pelo TCU na Qualidade de Disclosure

	(1)	(2)	(3)	(4)
CRC	2.02047*** (0.000)	2.57341*** (0.000)	4.131233*** (0.000)	5.422025*** (0.000)
TCU	0.8533464*** (0.010)	-	1.781047*** (0.000)	-
CRC*TCU	-	-	-2.5175*** (0.000)	-3.00343*** (0.002)
TAM	0.4928698*** (0.000)	0.6041089*** (0.000)	0.4951797*** (0.000)	0.6063703*** (0.000)
ORC	-0.0863173 (0.734)	0.0908511 (0.663)	-0.089975 (0.745)	0.1120642 (0.605)
REC	0.4931905** (0.043)	0.3279954* (0.094)	0.5272119** (0.050)	0.3222683 (0.114)
INV	0.7234684* (0.093)	0.2703741 (0.205)	0.659832 (0.111)	0.2155021 (0.300)
DIV	-0.1211776 (0.811)	-0.0649034 (0.890)	-0.1193966 (0.811)	-0.0591529 (0.899)
SGQ	0.5089173 (0.381)	0.1831503 (0.739)	0.5937221 (0.301)	0.1986232 (0.713)
BSOC	1.475605*** (0.000)	1.632147*** (0.000)	1.134978*** (0.006)	1.467685*** (0.000)
AUD	0.7148985 (0.111)	0.6228884 (0.135)	0.755898** (0.089)	0.7713905** (0.066)
Constante	6.631663*** (0.000)	3.598904*** (0.008)	5.678435*** (0.000)	0.1036297 (0.954)

Nota: O modelo (1) Regressão sem interação Ano*Conselho, o modelo (2) Regressão com interação Ano*Conselho, modelo (3) Regressão com interação CRC*TCU e modelo (4) Regressão com interação CRC*TCU e com interação Ano*Conselho. O modelo (1) e (2) utilizaram 10 variáveis, e os modelos (3) e (4) utilizaram onze variáveis, incluindo a variável CRC*TCU.

Entre parênteses, o p-valor. Erros robustos.

Número de observações: 1.311.

*, ** e *** denotam significância estatística ao nível de 10%; 5% e 1%, respectivamente.

As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

Fonte: Dados da pesquisa

O modelo (1) e (3) desconsidera a interação entre *dummies* de ano e conselhos regionais, enquanto os modelos (2) e (4) incluem interações entre *dummies* de ano e *dummies* de unidades prestadoras de contas (conselhos regionais), omitidas da tabela. Os modelos (3) e (4) utilizaram a variável CRC*TCU, e nos modelos (1) e (2) não foi utilizada esta variável.

Os resultados ratificam que os conselhos de contabilidade apresentam qualidade de *Disclosure* com coeficiente positivo estatisticamente significativo a 99% de confiança em todos os modelos, reafirmando que os conselhos de contabilidade possuem qualidade de *disclosure* melhor que os demais conselhos.

Considerando as variáveis BSOC e tamanho (TAM) apresentaram em todas as regressões, coeficiente estatisticamente positivo, indicando relevância explicativa sobre a variável QDISC a um nível de 99% de confiança. A variável receita (REC) apresenta coeficiente estatisticamente positivo e significativo a 95% de confiança para os modelos (1) e (3).

Já a variável que representa a *proxy* para a dívida (DIV) foi negativa e não significativa em todos os modelos. A variável Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), apesar de ser estatisticamente positiva, não apresenta coeficiente significativo nos modelos apresentados.

A variável investimento (INV) demonstrou capacidade explicativa apenas para o modelo (1) com coeficiente significativo a 90% de confiança. Quanto à variável referente à auditoria (AUD) seu resultado foi significativo ao nível de 10% de significância nos modelos (3) e (4).

No que tange à variável TCU, seu resultado apresentou o sinal teórico esperado nos modelos (1) e (3), ou seja, sem a interação Ano*Conselho, e foi significativa ao nível de 1% de significância. Já para os modelos (2) e (4), foi omitido, assim indicando que, após sua obrigatoriedade, o nível de *disclosure* do demais CFP não foi afetado, exceto os conselhos de contabilidade que piorou.

A Tabela 8 apresenta dados em painel com efeito aleatório e fixo, assim explorando a dimensão temporal da qualidade de *disclosure* nas Demonstrações dos CFP.

Tabela 8 - Dados em painel com efeito aleatório e fixo

QDISC	Efeito Aleatório	Efeito Fixo
	Coeficientes	
CRC	2.056474*** (4.04)	-
TCU	0.9848443*** (3.18)	0.8245657** (2.48)
TAM	0.5186381*** (7.27)	1.959803*** (6.73)
ORC	-0.1343837 (-0.44)	-0.3688686 (-0.63)
REC	0.4539082 (1.48)	0.9957519 (1.58)
INV	1.057936* (1.93)	3.434229*** (2.98)
DIV	0.099605 (0.18)	0.6290925 (0.75)
SGQ	0.5337058 (0.85)	-0.0548579 (-0.06)
BSOC	1.395402*** (2.70)	1.136019** (1.92)
AUD	0.9262604** (2.07)	1.87145** (2.43)
Constante	6.131794*** (5.29)	-15.77281*** (-3.51)
R ²	0.1661	0.1045
<i>Breusch Pagan</i>	70.61***	
Teste de Heterocedasticidade (<i>Breusch-Pagan / Cook-Weisberg</i>) chi ² (1)	0.12	
Teste <i>Chow</i>	2.11***	
Teste de <i>Hausman</i> : chi ² (9) =	48.16***	

Nota: Entre parênteses, encontram-se as estatísticas t(efeitos fixo). e z (efeitos aleatórios). Erros robustos.

Número de observações: 1.311.

*, ** e *** denotam significância estatística ao nível de 10%; 5% e 1%, respectivamente.

As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 1.

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados das estimações da especificação do painel de efeito aleatório mostram que as variáveis CRC, TCU, TAM, BSOC são significativas o nível de 1% de significância. As variáveis de controle orçamento, receita, dívida e sistema de qualidade de gestão não apresentaram resultados estatisticamente significativos em

nenhuma das regressões, sugerindo que não possuem influência sobre a variável dependente do modelo.

No painel de efeito fixo, a variável CRC foi omitida do resultado e as variáveis tamanho e investimento apresentaram o sinal de seu coeficiente positivo e sua estimativa significativa no nível de 99% de confiança. Sendo que sobre as variáveis TCU, BSOC e auditoria, os seus resultados apresentaram sinal teórico esperado e foram significativas ao nível de 5% de significância. De acordo com o resultado, pode-se observar que as variáveis são importantes na qualidade de *Disclosure*. Já a variável que representa o orçamento dos CFP foi negativa e não significativa.

O teste de Breusch-Pagan realizado do modelo com efeitos aleatórios rejeitou a hipótese nula e foi significativo a 1%. Em relação ao teste de Heterocedasticidade, seu resultado, por sua vez, não rejeitou a hipótese nula de homocedasticidade.

O teste de Hausman, no qual se rejeitou a hipótese nula de que os efeitos aleatórios são consistentes, apontou que a melhor seleção é a por efeitos fixos. Por interposição do resultado do teste Chow, ressalta-se a rejeição de H_0 e conclui-se que o modelo de efeitos fixos é a opção apropriada.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

A pesquisa em questão averiguou a qualidade de *disclosure* nas Demonstrações dos CFP, no período de 2009 a 2016, sobretudo, se houve uma melhora após a obrigatoriedade de prestação de contas ao TCU a partir do ano de 2013. Para responder à questão da pesquisa, foram utilizados os dados coletados nos sites do TCU e dos CFP.

Para alcançar o objetivo proposto, foram avaliadas as seguintes hipóteses: (H1) os conselhos de contabilidade apresentam melhores níveis de *disclosure* nas demonstrações contábeis que os demais conselhos; (H2) que a partir da obrigatoriedade de prestação de contas ao TCU melhorou os níveis de *disclosure* dos CFP.

Levando em conta a revisão de literatura, foi criado um índice adaptado de Coy, Tower, Dixon (1994) e Rayn, Stanley, Nelson (2002) para medir a qualidade de *disclosure* nas demonstrações dos CFP. Os resultados mostram que 82,99% da amostra pontuaram mais que 50% dos pontos do índice de qualidade de *disclosure*, portanto mostra-se que há uma boa qualidade de *disclosure* nas demonstrações dos CFP. E que a qualidade de *disclosure* das demonstrações dos conselhos de contabilidade é melhor que os demais conselhos ao longo do período estudado.

Em relação aos fatores que podem contribuir com essa qualidade, a pesquisa evidencia uma correlação positiva entre o tamanho do conselho e a qualidade de *disclosure*. Isso vai de acordo com a pesquisa de Rayn, Stanley, Nelson (2002) e que também apresentaram que, embora a qualidade geral das demonstrações tenha melhorado ao longo do tempo, existem certos elementos em que as divulgações são

fracas, como a variável dívida.

Os coeficientes estatisticamente significativos da qualidade de *disclosure* estão positivamente correlacionados com o CRC, tamanho do CFP, receita, investimento, qualidade de gestão, balanço social e auditoria, correspondendo ao esperado conforme a teoria. Quanto a variável TCU seu resultado correlacionou significativo e positivamente nos modelos sem a interação CRC*TCU e, com a interação, seu resultado foi omitido, assim não correspondendo à expectativa de que após a obrigatoriedade da apresentação ao TCU melhorou significativamente a qualidade de *disclosure* dos demais CFP, exceto os conselhos de contabilidade que piorou.

Conclui-se que ao analisar as regressões com o intuito de confirmar ou refutar as duas hipóteses propostas, H1, onde a qualidade de *disclosure* dos CRC é melhor que as dos demais, sendo aceita. Já a H2, que a partir da obrigação de prestar contas ao TCU à qualidade de *disclosure* melhoraria, obteve os seguintes resultados: não melhorou para os demais conselhos e, em relação aos conselhos de contabilidade, piorou pós-obrigatoriedade, portanto sendo aceita esta hipótese.

A pesquisa apresenta limitações devido ao fato de que os CFP não divulgam todas as informações obrigatórias de acordo com a Lei de Acesso à Informação, assim prejudicando a base de dados da pesquisa, pois, as demonstrações são consideradas o principal mecanismo usado para transmitir informações sobre os entes públicos e, deste modo, cumprir suas obrigações de responsabilidade pública.

Com o desenvolvimento do índice de qualidade de *disclosure* para os CFP aumenta o potencial de este índice ser utilizado, também, para estudar as demonstrações das demais autarquias federais. Por fim, é válido enfatizar que existem oportunidades para novos estudos como, por exemplo, examinar a relação

entre a qualidade de *disclosure* e a troca de gestão, ou se a qualidade de *disclosure* afeta na aprovação das contas.

REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C. **Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da Teoria da Divulgação**. Belo Horizonte, 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-97XGTF/disserta__o_final_bruna_camargos_avelino.pdf?sequence=1 Acesso em 20 Mar. 2017.

BALSAM, Steven; GORDON, Elizabeth A.; LI, Xi. **Mandatory disclosure reform, monitoring, and executive compensation**. 2016. (unpublished)

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRIAL, M. A C; SILVA, A H C.; ALVES; F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Rev. Adm. Pública** v. 49 n. 3, p.643-675, maio/jun. 2015.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. Lei nº 4.320. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. Lei nº 12.527. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011 - Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. – 6. ed. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU_MCASP_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb>. Acesso em: 22 mai. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. TC 014.856/2015. Auditoria. **Acórdão 96/2016-Plenário**. Brasília, TCU, 2016.

_____. Tribunal de Contas da União. **Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas da União**. Brasília, TCU, 2013. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B29D9A515F4>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRETON, G; TAFFLER, R. J. Accounting information and analyst stock

recommendation decisions: a content analysis approach. **Accounting and Business Research**, v. 31, n. 2, p. 91-101, 2001.

CHENG, Rita H. An empirical analysis of theories on factors influencing state government accounting disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, Maryland, v. 11, n. 1, p. 1-42, 1992.

COCKRELL, S. R. A model of municipal disclosures using exploratory factor analysis. **Academy of Accounting & Financial Studies Journal**, v. 16, p. 1-15, 2012.

COY, D.; DIXON, K. The Public Accountability Index: crafting a parametric disclosure index for annual reports. **British Accounting Review**, v. 36, n.1, p. 79-106, 2004.

COY, D; TOWER, G; DIXON, K. Public Sector Reform in New Zealand: The Progress of Tertiary Education Annual Reports, 1990-92. **Financial Accountability & Management**, v. 10, n. 3, p. 253, 1994.

COY, David; FISCHER, Mary; GORDON, Teresa. Public accountability: a new paradigm for college and university annual reports. **Critical perspectives on accounting**, v. 12, n. 1, p. 1-31, 2001.

CRESWELL, John W. Mixed-method research: Introduction and application. **Handbook of educational policy**, p. 455-472, 1999.

DYE, R. A. Mandatory Versus Voluntary Disclosures: The Cases of Financial and Real Externalities. **Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 1-24, 1990.

DOMÍNGUEZ, L.R.; SANCHEZ, I. M. G.; ALVAREZ, I. G. From emerging to connected e-Government: the effects of socioeconomics and internal administration characteristics. **The International Journal of Digital Accounting Research**, v. 11, n. 1, p. 85-109, 2011.

GIROUX, Gary. Political interests and governmental accounting disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 8, n. 3, p. 199-217, 1989.

GREILING, D; SPRAUL, K. Accountability and the challenges of information disclosure. **Public Administration Quarterly**, v. 34, n. 3, p. 338-377, 2010.

FRANÇA, L. F. T. **Disclosure das provisões e dos passivos contingentes nas demonstrações contábeis patrimoniais dos Estados brasileiros e Distrito Federal**. 2016. 111p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2016.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JUNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje - ISSN: 0104-7094**, [S.l.], v. 18, n. 1, jan. 2010. ISSN 0104-7094. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3852>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, v. 84, p. 353-364, 2011.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 405-440, 2001.

HERAWATY, Merry; HOQUE, Zahirul. Disclosure in the annual reports of Australian government departments: a research note. **Journal of Accounting and Organizational Change**, v. 3 n. 2, p. 147- 168, 2007.

LASWAD, F.; FISHER, R. OYELERE, P. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, p.101-121, 2005.

LIMA, E. M. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil: uma abordagem da Teoria da Divulgação**. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde\(29052009\(110807\)/>](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde(29052009(110807)/>). Acesso em: 27 fev. 2017.

LIM, Stephen; MCKINNON, Jill. Voluntary disclosure by NSW statutory authorities: The influence of political visibility. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 12, n. 3, p. 189-216, 1993.

MARTINS, *et al.* Construção e Mensuração de um Índice de Disclosure Voluntário para os portais de Municípios Paranaenses. **Anais... XXIII Congresso Brasileiro de Custos –Porto de Galinhas, PE, Brasil, 16 a 18 de novembro de 2016**. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/4208/4209>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; DOS SANTOS, Ariovaldo. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

MONFARDINI, Patrizio. Accountability in the new public sector: a comparative case study. **International Journal of Public Sector Management**, v. 23, n. 7, p. 632-646, 2010.

PEREZ, C. C.; BOLÌVAR, M. P. R.; HERNANDEZ, A. M. L. E-Government process and incentives for online public financial information. **Online Information Review**, v. 32, n. 3, p. 379-400, 2008.

RYAN, Christine; STANLEY, Trevor; NELSON, Morton. Accountability disclosures by Queensland local government councils: 1997–1999. **Financial Accountability & Management**, v. 18, n. 3, p. 261-289, 2002.

SANTOS, Homero. O controle da administração pública. **Revista do TCU**, n. 75, p. 61-70, 1998.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing Accountability. Boulder and London **The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies**, 1999.

Disponível em: <http://works.bepress.com/andreas_schedler/22/> Acesso em: 20 jan. 2017.

SHIRI, MM; SALEHI, M; RADBON, A. A Study of Impact of Ownership Structure and Disclosure Quality on Information Asymmetry in Iran. Vikalpa: **The Journal for Decision Makers**, v. 41, n. 1, 51-60, 2016.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

APÊNDICE I – DESCRIÇÃO DOS ITENS DE QUALIDADE DE DISCLOSURE

A - Visão Geral:

1. **Demonstração de Objetivos/Metas:** demonstrar os itens: missão, visão, valores, objetivo;
2. **Relatório de Gestão:** relatório emitido pelo conselho diretor do CFP, abrangendo as principais atividades realizadas no contexto econômico, social e político;
3. **Estrutura Corporativa:** apresentar o organograma da entidade;
4. **Controle Interno:** Declaração da revisão dos mecanismos de controle interno dos sistemas de controle, gerenciamento de riscos, o uso de auditoria interna;
5. **Relatório Ambiental:** informação de programas relevantes de proteção ambiental, por exemplo: gerenciamento de resíduos ou se possuem certificação ISO 14000;
6. **Pessoal:** informação dos funcionários (efetivos, comissionados, estagiários) incluindo idade, escolaridade, gênero, deficientes;
7. **Saúde e segurança ocupacional:** Declaração claramente intitulada mostrando registro de segurança e descrições do(s) programa(s) para saúde e segurança no trabalho;
8. **Oportunidade iguais de emprego/Concurso:** apresentação de Plano de Cargos e Carreiras e a forma de ingresso no órgão;

B – Atuação

9. **Comparação executado com o dotado:** Divulgação abrangente do

Orçamento Previsto e Realizado com variância da análise horizontal.

10. Diárias e Passagens: detalhamento dos gastos com passagens e diárias;

11. Índices de Desempenho: demonstração e análise de Indicadores de desempenho;

12. Licitações/convênios: discriminados por modalidade (Concorrência, Concurso, convite, Leilão, Pregão e Tomada de Preços, Dispensa, Inexigibilidade);

C – Informações Financeiras

13. Balanço Orçamentário: demonstrando as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento dotado e o executado, demonstrando o resultado orçamentário e discriminar as receitas por fonte (espécie) e as despesa por grupo de natureza (BRASIL, 1964);

14. Balanço Patrimonial: demonstrando qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público (ativo e passivo circulante, ativo e passivo não circulante, patrimônio líquido, ativo e passivo financeiro), além das contas de compensação (BRASIL, 1964);

15. Balanço Financeiro: demonstrará os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários), Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários) e as transferências financeiras recebidas e concedidas (BRASIL, 1964);

16. Demonstração dos Fluxos de Caixa: elaborado pelo método direto ou indireto e evidenciar os movimentos tidos no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: de operações; de investimentos; e de financiamentos

(BRASIL, 1964);

17. Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstrar as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas (BRASIL, 1964);

18. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido: demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade (ajustes de exercícios anteriores; transações de capital; o superávit ou déficit patrimonial; destinação do resultado e outras mutações do patrimônio líquido) (BRASIL, 1964);

19. Notas Explicativas: informações adicionais às apresentadas nas demonstrações contábeis (informações gerais da entidade pública, resumo das políticas contábeis significativas, informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes) (BRASIL, 1964);

20. Políticas Contábeis: detalhamento dos critérios adotados para políticas contábeis, evidenciando seu tratamento contábil e divulgação de alterações;

21. Ativo não-Circulante: evidenciar no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas;

22. Investimentos: relatório evidenciando os investimentos e sua base de avaliação;

23. Obrigações e contingências: evidenciar no Balanço Patrimonial e nas notas explicativas; com divulgação completa, indicando propósito/projeto e mostrando o total de despesas e despesas esperadas até o momento, com a data de conclusão esperada e uma declaração clara de que todos os itens divulgados se contingenciados;

24. Depreciação: detalhamento nas notas explicativas dos ativos em uso

sobre sua vida útil e suas taxas;

25. Remuneração: relação do quadro de pessoal, as folhas de pagamento e a tabela salarial.